



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 24

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 13 de setembro de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, deu-se continuidade à discussão do [Projeto de Resolução n.º 12/XIII \(PS\) – “Reforço de viagens semanais do navio Margarethe à Ilha das Flores” \(PS\)](#).

Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Nuno Barata (*IL*), João Bruto da Costa (*PSD*), José Eduardo (*PS*), bem como o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*) e a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

No final foram proferidas declarações de voto pelos/as Srs./as Deputados/as: Pedro Pinto (*CDS-PP*), José Sousa (*CH*), José Eduardo (*PS*) e João Bruto da Costa (*PSD*).

De seguida, foi apresentado o [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 13/XIII – “Apoio extraordinário aos Agricultores dos Açores para compensação dos prejuízos decorrentes de fenómenos climáticos adversos e das pragas” \(PS\)](#);

Após ter sido justificada a urgência pela Sra. Deputada Patrícia Miranda (*PS*), pediram a palavra para intervir os/as Srs./as Deputados/as: Francisco Lima (*CH*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*).

Sujeito à votação, o pedido de urgência foi rejeitado.

No final foram proferidas declarações de voto pelos/as Srs./as Deputados/as: Patrícia Miranda (*PS*), Francisco Lima (*CH*) e João Bruto da Costa (*PSD*).

Posteriormente, passou-se para a apresentação do [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 15/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes no combate à fraude no âmbito da atribuição do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego e do subsídio de doença” \(CH\)](#), o qual foi apresentado pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*).

Após votação o mesmo foi aprovado por maioria.

Em seguida, procedeu-se às seguintes votações:

- Eleição dos Representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social;

Foram eleitos os cidadãos João Carlos Aguiar Teixeira e Anabela Ferreira R. Silveira de Borba como efetivos e como membros suplentes Mário Jorge Belo Maciel e Eunice Dora Silveira Tavares de Melo.

- Eleição do presidente do Conselho Económico e Social dos Açores;

Foi eleita a cidadã Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano.

- Eleição do Provedor Regional do Animal;

Foi eleita a cidadã Dagmar Weisz Sampaio.

- Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho para a Ação Climática;

Foi eleito o cidadão Eduardo Manuel Vieira de Brito de Azevedo.

- Eleição do Representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na Comissão de Acompanhamento para a cooperação técnico financeira com as juntas de freguesia;

Foi eleita a Sra. Deputada Sabrina Marília Coutinho Furtado.

Por fim, foi aprovada a proposta de deliberação que declara findo o período legislativo de setembro de 2024.

Os trabalhos terminaram às 12 horas e 14 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada, faz favor, Senhor Secretário.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos

Ana Maria dos Santos Silva e Jorge

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Cecília Maria Soares Estácio

Délia Maria Melo

Flávio da Silva Soares

Francisco Manuel Raposo Gaspar

Jaime Luis Melo Vieira

João Luis Bruto Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

José Manuel Resendes Leal

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Teixeira Raposo

Luís Carlos Cota Soares

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo José da Cunha Simões

Rúben Filipe Rebelo Cabral

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Maria Salomé Dias de Matos

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Gualberto Costa Rita

Inês Soares de Oliveira e Sá

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Sousa Pombo Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José **Miguel** de Freitas **Toste**
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Miguel Vieira **Leal**
Mário José Dinis **Tomé**
Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros
Marta **Ávila** de **Matos**
Patrícia Maria Melo **Miranda**
Russell Michael **Sousa**
Sandra Micaela **Costa** **Dias**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**
Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**
José Eduardo da Cunha **Pacheco**
José Paulo Machado de **Sousa**
Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 54 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberto a sessão.

Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, ontem quando encerramos os nossos trabalhos estávamos no ponto 24 da nossa agenda, Projeto de Resolução n.º 12/XIII, iniciativa do Partido Socialista, reforço das viagens semanais do Navio Margarethe à ilha das Flores, estava no uso da palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo Mobilidade e Infraestruturas. Pergunto se quer usar da palavra? Faça favor.

(Pausa)

Já tinha terminado.

Pergunto se há mais inscrições ?

(Pausa)

Senhor Deputado Nuno Barata, faça o favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária Regional do Turismo Mobilidade e Infraestruturas – custou-me a decorar este título, mas já cheguei lá – em primeiro lugar, quero expressar que nada disto é pessoal, é meramente político, mais uma vez para que não restem dúvidas.

A Senhora Secretária não pode chegar a essa casa e proferir palavras como aquelas que disse ontem que, inclusivamente, levaram por reação intempestiva da bancada do Partido Socialista à suspensão dos nossos trabalhos e dizer: “Mandaram embora o navio!” E não pode dizer “mandaram embora o navio”, porque foi o departamento de vossa excelência que mandou embora o navio.

Deputado Joao Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E eu vou só fazer aqui uma pequena resenha histórica deste processo.

O navio estava contratado até janeiro de 2023 e a Senhora Secretária, em outubro de 2022, entendeu antecipar o fim deste contrato com o navio.

E fê-lo de forma convicta, não fosse do conhecimento público a forma efusiva, festiva com que comemorou a ida do Monte da Guia à ilha das Flores e à acostagem na ponte-cais do porto das Flores.

Deputado Joao Vasco Costa (PS): Bem lembrado!

O Orador: Eu sigo as suas redes sociais, não sei se a senhora as segue, se é a senhora que as faz, mas foi uma festa, com o Senhor Doutor Bruno Belo a passear-se pelo cais sem equipamentos de proteção individual, a fazer também uma festa. Até, alguns florentinos incautos a manifestarem os atos de grande profissionalismo do piloto da barra e do piloto do navio.

Tudo isso foi uma festa, até ao dia em que o navio esteve praticamente sentado em cima da ponte-cais e foi no dia em que o navio esteve quase sentado em cima da ponte-cais ...

Deputado Mário Tomé (PS): Exatamente

O Orador: ... que os senhores finalmente perceberam que a ponte-cais não tinha sido projetada para receber aquele tipo de navio. Porque os senhores, principalmente o seu antecessor, quando chegou ao Governo parou todo o processo de construção do novo porto das Flores. E essa é que foi a decisão errada desse Governo. E pararam, porque meteram na cabeça, em primeiro lugar, que a ponte-cais ia resolver o assunto, quando a ponte-cais nunca foi projetada para resolver o assunto. E, em segundo lugar, porque acharam que um molhe galgável era uma coisa que não servia às Flores. Quando aquele molhe que estava projetado e que já podia estar em execução há bastante tempo, tinha sido a solução para as Flores e já podia estar bastante adiantado, se não, quase pronto.

E, portanto, não se pode vir aqui a essa casa declinar responsabilidades assim, sem ser mais, nem menos, quando as responsabilidades são deste Governo! As responsabilidades não são de mais ninguém!

A antecipação – eu vou repetir para que toda a gente perceba bem – a antecipação do fim do contrato com o Karoline foi feita por este Governo, já a Senhora era Secretária Regional, salvo erro, desde abril ou de maio.

E a festa, com a ida do Monte da Guia às Flores, foi feita por este Governo, já a Senhora era Secretária Regional e manifestou esse regozijo nas redes sociais.

E, portanto, nós, desta casa, temos esta obrigação de tratar os assuntos com seriedade. Não se pode dizer: “mandaram embora”, como se fosse culpa de quem está aqui, ou de quem está ali, ou de quem esteve atrás de si, porque quem esteve atrás de si não mandou o navio embora, foi a Senhora que mandou o navio embora.

E, portanto, é preciso que todos tenhamos bem a noção daquilo que se diz nessa casa e porque é que às vezes se criam aqui fricções e apartes demasiado

efusivos, porque, de facto, as pessoas chateiam-se, “*chateiam-se, pá*”, como dizia o Almirante Pinheiro de Azevedo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Senhor Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O debate ontem prolongou-se até ao encerramento dos trabalhos mas eu queria, em nome do grupo parlamentar do PSD, não deixar de salientar aqui um, ou outro aspeto, relativamente a esta questão. Ficou, suficientemente, demonstrado ontem, relativamente às viagens do Margarethe, às viagens extraordinárias, às necessidades da população da ilha das Flores que este Governo tem tido sempre o cuidado, o empenho e a preocupação de atender àquilo que são as circunstâncias próprias decorrentes, não só, do isolamento mais acentuado do grupo ocidental, mas também dos acontecimentos que levaram à destruição e à dificuldade de reconstrução do porto das Lajes das Flores, deixando uma ilha sem um porto comercial.

Não terá havido talvez Governo na autonomia, ou nos últimos vinte anos, que tenha tido tanta preocupação com a coesão regional.

Não terá havido tanto Governo que não se tenha preocupado em fazer uma conta de merceeiros, se me permitem, como às vezes costumamos ouvir, daquilo que é o investimento *per capita* nos Açores, que é exagerado, segundo alguns – eu diria bairristas – que é exagerado, por exemplo, no Corvo o

investimento *per capita*, ou que é exagerado na Graciosa, ou nas Flores o investimento *per capita*, que o Governo Regional e esta Assembleia, através de aprovação de orçamentos faz nas nossas ilhas.

E o que ficou, suficientemente, demonstrado ontem é que, não obstante, e eu, olhando para o papel da oposição, nomeadamente do Partido Socialista nas Flores, devo dizer é que, terá feito o seu papel na procura de alertar para a situação. Mas, não ficou contente com esse papel, que foi um papel de trabalho de Deputado, que é o trabalho de ouvir as populações e dar-lhes alguma tentativa de encontrar soluções, ou pelo menos, ajudá-las e nisso também quero elogiar e enaltecer o trabalho que tem sido feito pelo Senhor Presidente da Associação Agrícola de ilha das Flores, na defesa dos seus associados e na defesa da produção agrícola daquela ilha.

E esse trabalho de comunicação da Associação Agrícola com o Governo resultou, como a Senhora Secretária aqui referiu, numa solução para este problema, para corresponder àquilo que são as necessidades da ilha das Flores.

Isto tem significado no nosso trabalho parlamentar, porque quando trazemos uma resolução de um problema que está resolvido, mais não é, e perdoe-me Senhor Deputado José Eduardo, mais não é do que tentar fazer aproveitamento político de um trabalho que o senhor até, conforme confessou, fez bem feito, que foi auxiliar os agricultores das Flores a fazer os ofícios de alerta ao Governo. Se bem que, eles também sabem bem que o Governo tem tido a coragem de corresponder às necessidades de uma ilha como as Flores. Não obstante, as tais críticas bairristas que, por vezes, surgem na nossa sociedade e que não devem granjear apoio, porque não são favoráveis ao desenvolvimento harmónico da nossa Região.

E, portanto, esta resolução, não obstante, alertar para este problema maior que é o isolamento e as dificuldades que algumas ilhas atravessam, que são diferentes muitas vezes entre elas e que são diferentes muitas vezes entre as soluções

encontradas, não obstante, esse trabalho, o senhor achou que o Partido Socialista não podia passar um pouco *na calada* esse trabalho e então, achou que fazer uma resolução ia resolver algum problema, quando na verdade sabia que o problema estava resolvido.

E, é por isso, que nós não acompanhamos esta resolução com um voto favorável. Nós não vamos votar favoravelmente esta resolução, porque, não obstante, aceitarmos que o alerta seja feito ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mais uma razão para votarem a favor!

O Orador: ... a forma como os senhores encontraram, de tentar fazer aproveitamento político, levando os florentinos a pensar que vieram aqui à semana plenária resolver um problema que, conforme ficou demonstrado, já estava resolvido, não nos parece que seja uma forma correta de fazer política e de tentar *levar a água ao seu moinho*, em termos do seu trabalho, enquanto deputado da oposição.

Era bom que o senhor tivesse tido, ao longo dos anos e que o Partido Socialista, ao longo dos anos, nas políticas relativas à ilha das Flores tivesse tido o cuidado de, invés ... é que os senhores faziam uma coisa: agora procuram trabalhar para as soluções, mas no passado os senhores só trabalhavam para as desculpas, era só para as desculpas que os senhores trabalhavam.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Porque o investimento feito nas Flores, nos últimos anos, em função daquilo que é o direito dos florentinos, de reduzir o seu isolamento e de terem acesso aos mercados, como todos os outros açorianos, o investimento feito, como todos sabem, tem sido de grande importância, porque ele é necessário.

E, não fosse o garrote e o virar de costas do Governo da República do Partido Socialista, eventualmente, muitos dos problemas que hoje ainda surgem já não estariam a decorrer.

Deputado Carlos Silva (PS): Já receberam?

O Orador: A questão é que, nós não podemos utilizar a nossa função, enquanto deputados em representação do povo que nos elegeu, enganando esse mesmo povo, fazendo crer que fazemos aquilo que, na verdade, não fizemos.

E é essa circunstância que nos leva a não poder dar um voto favorável à resolução que o Partido Socialista aqui apresenta, porque como disse a Senhora Deputada Cecília Estácio, de uma forma eloquente e bem dita, esta resolução é como o Narciso, apareceu quando já não era preciso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: E essa circunstância faz com que o senhor, tendo feito eventualmente um bom trabalho, queira fazer aproveitamento político à custa da dificuldade que ainda vivem os florentinos, pela destruição do seu porto comercial. E isso, Senhor Deputado, aquilo que o senhor fez bem, estragou tudo ao tentar aproveitar politicamente desta situação fazendo uma resolução, quando sabia que a situação estava resolvida, ou que a situação teria solução pelo empenho do Governo, pela resposta que a Senhora Secretária sempre deu às dificuldades que as nossas ilhas atravessam.

Como a Senhora Secretária disse, só não é feito aquilo que não é possível. Tudo o que é possível, o Governo está a fazer.

Agora, o senhor sabe das circunstâncias que levam aos cancelamentos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É exatamente por isso que esta resolução faz sentido!

O Orador: ... aos adiamentos, que às vezes não dependem, exclusivamente, ou que nunca, dependem exclusivamente de vontade política e, por isso, não é por vontade política, exclusivamente, que resolvemos estes problemas, é por

trabalho, empenho e colaboração com as entidades das nossas ilhas, nomeadamente no caso das Flores, com a Associação Agrícola que se vai encontrando, quando há dificuldades, soluções para os problemas.

Queria lembrar apenas, para terminar, que este Governo dedicou estes dois navios, o Thor e o Margarethe à ilha das Flores e ao Corvo, ao grupo Ocidental. São dedicados àquele grupo para que, de facto, a circunstância do desastre que foi a destruição do Porto das Flores e se fossemos falar porque é que aquele porto estava no estado em que estava, ainda nos levava a outra conversa, porque, por acaso, o grupo parlamentar do PSD esteve lá pouco antes do furacão Lorenzo e ouvimos coisas bem desagradáveis sobre a manutenção daquele porto. Mas, não indo para essa questão para não haver o tal aproveitamento político, o que queria salientar aqui é a nossa postura que quer ser responsável, séria e não enganar os florentinos.

Não dizer aos florentinos que tudo é possível, quando na verdade nós trabalhamos para conseguir o máximo, com os meios que temos, para resolver os problemas das Flores e isso tem sido comprovado pelos sucessivos orçamentos apresentados nesta casa por este Governo e por esta Coligação e, porque, de facto, esse é o intuito da governação dos Açores,...

Deputado Carlos Silva (PS): Baixaram os braços!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Baixaram os braços, Vossas Excelências!

O Orador: ... resolver o problema de todas as ilhas, independentemente, daquilo que elas representam, em termos eleitorais, ou em termos de população. E, isso sim, é olhar para os Açores como um desenvolvimento harmónico e olhar para todas as ilhas, dando aos seus habitantes e aos açorianos as mesmas oportunidades de desenvolverem a sua economia.

E é isso que devia realmente motivar, como aliás o senhor aparentemente terá feito, motivar na solução dos problemas e não, fazer aproveitamento político, depois de eles estarem resolvidos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado José Eduardo tem a palavra.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Sobre as questões e sobre a primeira questão que ontem encerramos o debate não vou tecer mais comentários até porque o Senhor Deputado Nuno Barata já disse tudo aquilo que era necessário dizer.

Mas, dizer que, e é verdade, existe a resposta ao requerimento, datada de 20 de fevereiro de 2023, em que a Senhora Secretária afirma que o contrato terminava em janeiro de 2023 e, portanto, sobre isso estamos esclarecidos.

Aquilo que nós pretendemos, Senhor Deputado João Bruto da Costa, e tal como tal como ontem a Senhora Secretária equivocou-se nas datas...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Não se equivocou, não!

O Orador: ... e na fita de tempo sobre isto, também o senhor está equivocado sobre essa fita de tempo e eu tenho as provas e aquilo que é necessário para dizer que realmente está equivocado.

Nós não estamos a fazer aproveitamento. Nós tivemos reuniões, fomos alertando e junto com a associação e junto com os empresários e esta resolução, não senhor, entra antes do assunto estar resolvido e o senhor sabe bem disso.

Aliás, o assunto não está resolvido. O assunto precisa e voltamos a reivindicar, o reforço em nome dos florentinos.

E aquilo que o senhor disse, nós necessitamos é do reforço de ligações e o normal abastecimento e o normal escoamento do gado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Eu não ouvi foi V. Exa. falar quando estiveram 7 ou 8 meses sem abastecimento!

O Orador: Para visar até o efeito das intempéries.

E sobre aquilo que tem sido feito pela ilha das Flores, os florentinos sabem bem e serão prova disso, tem sido um abandono total nestes quatro anos, em muitas áreas.

Hoje não terei tempo para as elencar todas mas, certamente, noutros plenários teremos oportunidade para isso.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estevão*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu não posso ouvir isto e ficar calado. Não posso. Não posso ouvir falar de abandono, por parte responsáveis políticos que deixaram, por exemplo, a ilha do Corvo 55 dias sem abastecimento, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

... porque diziam que não existia barco, que era preciso ir buscar um barco de outro mundo e vêm falar de abandono!

E nas Flores, quando os senhores contrataram uma frota de barcos incapazes e durante sete ou oito meses as Flores receberam apenas 20 % do abastecimento que necessitava e vêm-me vossas excelências falar de abandono!

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Abandono é da vossa responsabilidade, os senhores é que abandonaram a ilha das Flores e do Corvo durante esse esse tempo todo e se alteraram o vosso procedimento foi só porque foram muito pressionados por este Parlamento.

E vou-lhe dizer outra coisa para terminar, em relação a esta matéria, é que, da parte deste Governo, há dois navios que são dedicados ao abastecimento das Flores e do Corvo e esse é um esforço que tem sido mantido, é um esforço muito significativo.

Agora, em relação a todos estes procedimentos que é de manter com os agricultores, com os comerciantes, isto é algo que está a ser feito. O que o senhor pede são ligações semanais, como se não existissem contextos diferentes em relação às condições de tempo.

Portanto, a sua proposta não é uma proposta de ajuda ao povo das Flores e não corresponde ao que o senhor fez, porque o senhor durante o tempo todo, até 2020, o senhor permaneceu calado em relação às dificuldades da ilha.

Deputado José Eduardo (PS): É falso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais questões?

(Pausa)

Senhor Deputado José Eduardo, tem a palavra.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário Regional a última afirmação que o senhor fez é falsa e tenho formas de o comprovar, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Não é verdade!

O Orador: ... mesmo não sendo Deputado eleito, antes de 2020, enquanto estive como presidente do Conselho de Ilha, há declarações minhas a confrontar o Governo com a ausência de ligações, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Não há, não senhor!

O Orador: ... com necessidades para a ilha das Flores, sempre apresentei memorandos. É verdade, sim senhor!

E, portanto, em relação à minha ligação e à minha defesa aos florentinos, eu estou completamente de consciência tranquila, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Mas não esteja!

O Orador: ... ao contrário talvez do Senhor Secretário que deveria passar mais tempo no grupo ocidental para saber bem, porque ultimamente não tem estado por lá e já não estava na última legislatura.

Senhor Secretário têm que passar mais tempo no grupo ocidental para perceber as dificuldades que nós sentimos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhora Secretária Regional de Turismo Mobilidade e Infraestruturas, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhores Deputados, obviamente, que eu tenho acesso a todos os contratos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Então porque é que está a faltar à verdade?

A Oradora: ... a toda a fita do tempo e tenho-a aqui perfeitamente elencada, mas também lhe digo que também tenho acesso aos projetos, aquilo que foi o compromisso de, logo que houvesse condições de operação no porto das Flores, com o fim da ponte-cais, poder ser dispensado o navio.

Esta é uma realidade que nós não podemos reviver agora, porque ela foi vivida no seu contexto. Se a ponte-cais, de acordo com o projetista, reunia – e o projeto não é nosso, é vosso – condições para a operação do navio, o navio opera.

E é com regozijo, obviamente, que nós gostaríamos que a população das Flores tivesse voltado ao seu normal.

Deputado Berto Messias (PS): A gente em outubro fala, Senhora Secretária!

A Oradora: Eu estou a falar de outubro de 2022.

É com regozijo que nós vimos e veríamos, se assim tivesse continuado, um normal abastecimento à ilha das Flores. Era o que todos desejaríamos. Não desejaríamos ter soluções provisórias, porque soluções provisórias foi, desde os barcos do Pico, aos TMGs, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem lembrado!

A Oradora: ... até chegarmos à solução atual. É preciso lembrar isto tudo, porque eu tenho essa fita do tempo toda.

Portanto, dito isto, foi o navio operar, porque de acordo com o projetista, tinha condições para o fazer. Não correu bem. Imediatamente, em janeiro, se começou a desenvolver os trabalhos para vir o Margarethe. Está cá, até hoje e há de estar até haver condições de segurança para operar.

E, portanto, que isso fique bem dito, bem explicitado para tranquilizar a população das Flores e os senhores deputados das Flores também.

Entretanto, devo reiterar aquilo que já aqui foi dito. Nós temos dois navios dedicados ao grupo ocidental, o Margarethe e o Thor. Quando é que isso aconteceu antes? Quando é que isso aconteceu antes? Digam-me!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Se dois navios dedicados às Flores e ao Corvo não resolvem o problema do abastecimento, senhores, é porque há situações que ultrapassam a natureza humana, porque dois navios dedicados resolvem o problema.

Deputado Carlos Silva (PS): Se o navio está dedicado, reforce as ligações.

Qual é o problema?

A Oradora: E, portanto, nesse aspeto nós estamos tranquilos e tudo faremos, como temos estado a fazer, para a população das Flores estar devidamente abastecida.

Muito obrigada.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução:

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 12/XIII, Reforço das viagens semanais do navio Margarethe à ilha das Flores:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 12/XIII foi aprovado com 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

22 votos de abstenção do PSD, 5 do Chega, 1 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Está inscrito o Senhor Deputado Pedro Pinto para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Não podemos, em consciência, apoiar esta iniciativa com um voto favorável, pois o mesmo seria admitir que nada tem sido feito, que como bem sabemos, não corresponde à verdade.

Votar favoravelmente seria ignorar os esforços que o Governo Regional tem feito para assegurar o abastecimento da ilha das Flores e promover uma coesão efetiva entre o grupo ocidental e as restantes ilhas.

É inegável que existem constrangimentos e que a ilha das Flores enfrenta desafios consideráveis, mas também é verdade que o Governo Regional, com os recursos disponíveis, tem demonstrado empenho em servir os florentinos e abastecê-los sempre e quando necessário e possível.

A contratação do navio Margarethe, que garante o abastecimento a cada 15 dias e com a possibilidade de escalas adicionais, sempre que necessário, é exatamente um exemplo claro desse compromisso. É importante sublinhar que em 2023 o Governo conseguiu assegurar mais escalas numa ilha com um porto condicionado e semidestruído do que o Partido Socialista, por exemplo, no ano de 2018, quando o porto se encontrava perfeitamente funcional.

São factos reveladores dos esforços feitos por esta Coligação, por este Governo para deixar a ilha das Flores com os abastecimentos necessários à vida plena.

Optar por não acompanhar esta iniciativa, não é de forma alguma uma demonstração de indiferença perante as dificuldades enfrentadas pelos florentinos.

Pelo contrário, é um reconhecimento dos avanços concretos já alcançados pelo Governo, no sentido de garantir o abastecimento da ilha e a coesão do grupo ocidental com as restantes ilhas.

Mantemos o nosso firme compromisso de continuar a trabalhar para melhorar as condições de vida das Flores, implementando soluções práticas e eficazes.

De salientar que são essas duas ilhas que tem dois navios contratados, especificamente, para procederem ao abastecimento dessas ilhas.

Tomara às outras ilhas terem elas também um navio dedicado ao seu abastecimento.

A nossa abstenção reflete, tanto a consciência das dificuldades vividas, como o reconhecimento do muito que já tem sido feito, sem esquecer que todos os dias enfrentamos novos desafios.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Senhor Deputado José Sousa.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Peço a palavra para, como ainda ontem disse, justificar o nosso voto, porque concordo em grande parte com o que o PS propôs, mas não em tudo, portanto, de certa forma, não poderia votar favoravelmente, mas peço à Senhora Secretária que tenha em atenção os pontos que falamos estes dias, para que o que o barco vá com mais pontualidade, pelo menos, que chegue à quinta-feira como como deveria ser, que haja mais regularidade quando necessário, em concertação com as associações e comerciantes e que os problemas sejam resolvidos desde a partida em Lisboa até todas as ilhas do Açores.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

(Pausa)

Senhor Deputado José Eduardo, faça favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Votamos, como não podia deixar de ser, favoravelmente a nossa iniciativa, porque esta foi uma iniciativa que foi apresentada após auscultação dos empresários dos vários setores de atividade da ilha das Flores.

Votamos porque esta foi uma iniciativa que traz a voz da população das Flores, que nos reivindica que tomemos ação, em prol daquela ilha.

Depois do debate que aqui tivemos, tal como na semana passada, continua hoje a ser necessário que haja o reforço de ligações para o normal abastecimento e o normal escoamento de gado à ilha das Flores.

Esta iniciativa visa que se atenuem o efeito das intempéries, visa que atenuem as dificuldades que o porto das Flores apresenta à normal manobra de carga e descarga naquele porto. E se temos dois navios dedicados é exatamente também por isso que essa iniciativa faz sentido.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Essa iniciativa faz sentido para que sejam reforçadas as ligações, em articulação com todos os setores de atividade da ilha das Flores.

Foi com este propósito que trouxemos essa iniciativa, que ela foi debatida e que nós, conscientemente, votamos favoravelmente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Senhor Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nós não obstaculizamos a aprovação desta resolução com um voto contra para evitar que depois desta semana plenária não fosse para as Flores alguma mensagem errónea, ...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... errada, populista e demagógica sobre o papel que esta Coligação e o Partido Social Democrata têm feito, em defesa da população florentina e em defesa do desenvolvimento do grupo ocidental.

Tínhamos um navio que terminava a sua operação em fevereiro, passou para novembro.

Passámos a ter dois navios dedicados.

Os alertas de isolamento do grupo ocidental, nós estaremos sempre do lado deles, porque estará essa necessidade sempre presente na nossa condição arquipelágica e na nossa vida, enquanto ilhas tão distantes umas das outras, por vezes em termos físicos, mas que queremos aproximar em termos de desenvolvimento.

É por isso que não permitimos que a política seja feita de forma enganadora e, por isso, a nossa abstenção é para evitar, é para obstaculizar a que o Partido Socialista pudesse, no futuro, fazer política enganadora sobre o sentido de voto que esta Coligação dá aos problemas das Flores.

E é por isso que estamos aqui e vamos continuar a estar empenhados, tal como está o Governo, a resolver os problemas dos florentinos, como das outras dos Açores que têm dificuldades de abastecimento pelo seu isolamento, ou que têm qualquer dificuldade de mobilidade pelas circunstâncias que nos afetam, como os fenómenos climáticos extremos.

Estaremos sempre ao lado do povo das Flores para reivindicar aquilo que é seu direito e a trabalhar, como nunca foi feito, pela coesão dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Encerramos assim este ponto 24 da nossa agenda.

Avançamos para o ponto 25, **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 13/XIII – “Apoio extraordinário aos Agricultores dos Açores para compensação dos prejuízos decorrentes de fenómenos climáticos adversos e das pragas”** .

É uma iniciativa apresentada pelo grupo parlamentar do PS. Para justificar a urgência tem a palavra a Senhora Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Na agricultura não há verdades absolutas e todos nós sabemos que num ápice tudo pode mudar.

E as alterações climáticas e o próprio descontrolo que agora assistimos, infelizmente, na agricultura pelo crescimento das pragas, essa é uma das verdades e que justifica exatamente aquilo que eu comecei por dizer.

Num ano temos um tempo bom, que permite aos agricultores respirar de alívio. No ano a seguir temos o inverno chuvoso e um verão seco, que põe em causa tudo aquilo que foram conseguindo nestes últimos e que põe em causa a sustentabilidade do seu negócio.

Por isso, a cada desafio emergente é preciso, de facto, uma resposta urgente.

E é urgente, porque são os próprios agricultores que pedem essa urgência. São os agricultores que pedem ao Governo Regional que pague rapidamente os apoios que estão em atraso.

Há 15 meses os Açores foram afetados por intempéries, foram afetados por uma depressão que prejudicou as nossas culturas. 70 % de prejuízos ...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): Quais apoios em atraso? A Senhora não vive nos Açores? Houve eleições antecipadas!

A Oradora: Sim, Senhor Secretário, eu estou a justificar a urgência.

É urgente, porque são os agricultores que pedem novas medias e que pedem ajuda para ultrapassar os prejuízos que esta seca, que se efetuou, há um mês, um mês bastou para mudar toda a realidade que a agricultura atravessava.

São os agricultores que pedem a urgência que hoje nós apresentamos a esta casa.

Senhoras e Senhores Deputados, é urgente porque não basta anunciar os apoios, não basta publicar as portarias, é, de facto, urgente pagar os apoios que foram prometidos.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Justificada a urgência, estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima** (*CH*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É urgente também clarificar o que é que o PS vem aqui propor e eu acho que não há urgência nenhuma aqui nisto.

Para já, há um subsídio que foi na sequência da Portaria n.º 80/2024. Ainda não há as candidaturas e já está a criar um novo subsídio. Depois, alega pragas. Quais são as pragas? São os ratos, as rolas, os carrapatos, as pulgas, os piolhos?

Depois – é uma coisa fantástica – tem 90 % dos prejuízos nalgumas ilhas. Quais são as ilhas? É a Graciosa? É porque são nove ilhas. Eu não sei se também estão a falar das Berlengas, ou de outras ilhas fora daqui.

Deputado José Pacheco (CH): Formigas!

O Orador: Portanto, isso não tem consistência nenhuma. Aliás, primeiro tem que se fazer uma candidatura e depois, a seguir, eventualmente, fazer outra medida.

Primeiro tem que se equacionar os prejuízos, para depois arranjar uma medida para os prejuízos.

Depois como é que era? Ia-se arranjar aqui uma medida e quem é que ia pagar? Em 45 dias qual é o orçamento? O PS é um partido, supostamente, responsável. Como é que ia arranjar o dinheiro para pagar até 31 de dezembro, 630 mil euros? Não deixavam, não era suficiente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor não leu a iniciativa.

O Orador: Agora, já que a Deputada Patrícia falou em urgências, eu também digo que é urgente, é urgente que os 21.3 milhões de euros que o PS do Governo da República, não quis por nos Açores, que venha para os Açores. Isso é urgente!

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo e bancada do Chega)

O Orador: O que é que é urgente? É urgente os seguros agrícolas, porque os senhores tiveram 24 anos e não fizeram nada, porque os açorianos não podem continuar a sustentar a agricultura. Vai sustentar cantar sol, vai sustentar cantar chuva, vai sustentar as tempestades, os ciclones, aliás, o PS fala em três depressões. Nós vivemos em depressões sempre! Aliás, depressões psicológicas também, com os 24 anos de governação do PS. É uma depressão psicológica. E, portanto, é urgente reduzir a subsidi dependência. Também é urgente aqui e também é uma medida discricionária, os jovens agricultores, nós percebemos que haja uma majoração, porque não há capital. Agora, porque é que os jovens teriam uma majoração de 10 %? E, depois, o que é que é mesmo urgente aqui? É combater as pragas dos ratos e das rolas, não é pagar, porque senão, daqui a dias, há agricultores, como já fazem na vinha, que não produzem um litro de vinho ...

Deputado Mário Tomé (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... e há milionários nesta terra que nunca produziram um litro de vinho que se aproveitam do Vittis e não produzem um litro de vinho e é verdade que não produzem. Portanto, daqui a dias, o melhor é criar ratos, porque vão pagar às pragas, as pragas comem as culturas. Para o PS, a política socialista é “não vamos combater as pragas, vamos pagar o prejuízo das pragas.”

Portanto, nada disto é urgente, isto é política, faz parte do jogo, mas não vão ter, obviamente, o apoio do Chega.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições, no âmbito da urgência?

(Pausa)

Senhor Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Não iremos acompanhar este pedido de urgência, porque ele vem comprovar a forma de fazer política do maior partido da oposição.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo e bancada do Chega)

O Orador: Chegaram esta semana ao Parlamento e descobriram que o Chega apresentou um projeto de resolução, que baixa à Comissão, sobre as pragas.

O Chega, outro partido que não nós, Partido Socialista, a apresentar projetos para resolver problemas. Vamos já a correr apresentar uma urgência.

E foi o que fizeram.

E esta urgência é só isso! É os senhores, mais uma vez, a tentarem demonstrar que estão a fazer alguma coisa, quando na verdade, durante muitos anos, esqueceram-se de fazer aquilo que querem agora que seja feito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo e bancada do Chega)

Quando na semana passada foi publicada a portaria para o apoio ao mau tempo, os senhores chegam aqui e dizem que é urgente fazer aquilo que já está feito, mais uma vez.

Porque, pela vossa forma nova – que, aliás, cheira um bocadinho a mofo – de fazer política, desta forma populista, ali acompanhando se calhar um bocadinho mais à esquerda, nós não podemos acompanhar esta forma de tentar enganar os açorianos. A nossa agricultura não merece, os nossos agricultores não merecem que os senhores tentem enganá-los com estes projetos de resolução e com estas urgências e, por isso, votaremos contra a urgência.

Muito obrigado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo e bancada do Chega)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda irá acompanhar o pedido de urgência, por considerar que há, efetivamente, necessidade de, por um lado proceder a pagamentos de apoios

prometidos, mas que apenas recentemente foram regulamentados e que ainda não foram pagos.

E, de facto, o preâmbulo da iniciativa refere-se a um conjunto de intempéries, ao longo dos últimos anos, em que houve efetivamente a promessa e o compromisso de se apoiar esses mesmos prejuízos e efetivamente é importante que eles sejam concretizados.

Por outro lado, há na proposta outra matéria que justifica a urgência, diria até, também da criação de algumas medidas de mitigação dos problemas, mas também devem suscitar uma reflexão, por um lado no que diz respeito à seca, e essa é uma matéria e as alterações climáticas como é óbvio de urgência no debate, tendo em conta até o exemplo que nós tivemos deste verão, que ainda não terminou e essa é uma realidade que implica uma reflexão e alteração de práticas, mas também no que diz respeito à questão das chamadas pragas, também é importante que essa reflexão não se fique pela forma como nós podemos compensar os prejuízos, mas na prevenção desses mesmos prejuízos.

É recorrente falar-se nos prejuízos causados por pragas e não vou discutir, por falta de tempo, o que é que se pode classificar, ou não, como pragas, nem tudo é uma praga, mas eu também vi, durante este verão, casos muito disparos (permita-me a latitude, Senhor Presidente, como já percebi que a urgência não será aprovada), há queixas sobre os prejuízos causados por alegadas pragas, mas também há exemplos bons de quem previne e consegue prevenir as alegadas pragas. Por exemplo, na vinha com a utilização de redes e bons exemplos e era esse o trabalho que a Secretaria da Agricultura e o Senhor Secretário da Agricultura deveria fazer com os agricultores, acima de tudo, prevenir os prejuízos, porque certamente será mais barato e evita a que ano, após ano, os agricultores estejam a gritar aqui d'el Rei, por apoios. O que é preciso é evitar que os que os prejuízos aconteçam e, isso sim, será melhor para todos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Afinal gritam pelo rei!

O Orador: Será melhor para os agricultores, para as produções agrícolas e será melhor também para o erário público.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O PAN não acompanha esta urgência, porque logo no título temos aqui um grave problema. Primeiro estamos a juntar duas coisas que são completamente diferentes, uma é a falta de água devido à seca severa ou seca extrema, em algumas das ilhas, devido, por um lado, ou a má gestão que já vem dos Governos do PS. Eu recordo-me muito bem, desde 2017, o problema grave que nós tivemos, 2018, 2019 e agora continuamos exatamente com o mesmo.

Se eu vou dar responsabilidade só ao Governo? Não. Também tenho que dar responsabilidade a algum dos agricultores que fica sempre à espera: “ó pai, ó pai, vem-me cá dar água.” Quando à partida, nós também temos outras oportunidades para termos uma disponibilidade de água para o verão.

Outra, é chamar praga a tudo o que se mexe. Isso é que é outro problema. Primeiro, é a definição de praga e estar num título quando nós não podemos definir, nem a rola, nem o pombo como praga, temos aqui um grave problema.

Outra coisa é falar sobre os ratos, porque pode haver a definição da praga devido à quantidade de indivíduos pelo seu espaço geográfico, outra coisa é dizer aquilo que não está definido pelos nossos cientistas que é uma praga. Isto está num título, está aqui algo extremamente grave.

E, por isso, é que nós não acompanhamos, nem acompanhamos que tudo seja praga. Sei que o Chega, tem um problema grave com os ratos, ou tudo o que se

mexe. Eu sugiro também metermos mais um animal sinérgico, neste caso as moscas e tudo o que se mexe, para nós darmos uns tiros aí para o ar.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu não resisto a uma graça, mas, de facto, as moscas já são ...

Deputado José Pacheco (CH): E as baratas?

O Orador: ... alvo de tiro, aliás, são alvo do melhor tiro. O melhor tiro é o tiro na mosca.

Passo a brincadeira, obviamente, a Iniciativa Liberal não pode acompanhar a urgência do debate desse Projeto de Resolução do Partido Socialista e não é por não ser preciso (eu esta semana estou virado para isso), é porque, de facto temos que olhar para este setor, para o sequestro de carbono, para as alterações climáticas como um todo e os agricultores têm aqui uma enorme responsabilidade.

Têm uma enorme responsabilidade de se prepararem para o inverno, têm uma enorme responsabilidade de se prepararem para o verão e têm a enorme responsabilidade de perceberem que os recursos dessa Região são poucos, são finitos, vou repetir pela enésima vez, já não dão para cobrir a despesa corrente e nós não podemos passar a vida a acudir às intempéries, às doenças, às pragas e a todos esses problemas que vão aparecendo na agricultura, na pesca, no comércio, no turismo, seja onde for e seja qual for o setor económico.

Não podemos, não temos capacidade financeira para isso e não é pelo setor da agricultura ser um grande absorvente de mão de obra, ou, pelo setor de agricultura ter um enorme peso eleitoral que nós devemos deixar de dizer estas verdades aos nossos açorianos.

É fundamental, tiveram apoios e têm apoios para a construção de charcas, para a retenção de água, para armazenamento de comida, têm todos estes setores. Têm que os aproveitar, por forma a garantirem que nos invernos mais rigorosos armazenaram comida suficiente, que nos verões mais rigorosos armazenaram água suficiente, até porque (eu já uma vez esta esta expressão não sei onde) o período mais rico da nossa economia foi, indiscutivelmente, a época da laranja, que acabou por via da entrada de uma moléstia nos laranjais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é uma asneira grossa!

O Orador: Se nesse tempo existissem apoios à perda de rendimento, provavelmente nós hoje estávamos continuando a produzir laranja com moléstia e a receber apoios para continuar a produzir laranja com moléstia.

Foi a adversidade, isso é pura verdade, foi a entrada da moléstia, a alteração dos mercados fornecedores que levaram os agricultores açorianos a procurarem alternativas à laranja e que foram, sucessivamente, procurando outras alternativas e chegaram, inclusivamente, à vaca, porque a vaca e a produção de leite e de carne são aquelas têm menos riscos, apesar de tudo. Toda a outra agricultura ainda tem mais riscos do que a produção de leite e a produção de carne.

E não me vou alongar, Senhor Presidente, porque sei que já abusei da figura regimental, peço imensa desculpa e já estava aí com esse *arzinho* que lhe é peculiar para me mandar calar, mas não posso acompanhar essa urgência, precisamente por essa medida. Nem a urgência, nem a iniciativa, já agora.

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência, Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 13/XIII:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 13/XIII foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e a favor 23 votos do PS e 1 do BE.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Senhora Deputada Patrícia Miranda, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista apresentou nesta casa uma resolução e claramente votou de acordo com aquilo que acredita que é preciso para o setor.

Uma resolução que dá resposta aos problemas que agora o setor enfrenta, problemas emergentes, problemas que precisavam de solução urgente.

Uma resolução em que os apoios sugeridos contemplavam todos os afetados e todos os agricultores, dando previsibilidade no pagamento desses apoios, que é de facto aquilo que é preciso, neste momento, para que as nossas explorações tenham a sustentabilidade devida.

E a verdade é que aquilo que os agricultores esperam de quem os governa é que esteja lá, ao lado deles, não só nos convívios, mas na prontidão, na seriedade e na eficácia em dar respostas adequadas àquelas que são as suas dificuldades.

Eu repito aquilo que comecei dizendo, não basta anunciar os apoios, não basta publicar as portarias, é preciso, de facto, pagá-los, porque nós não estamos a falar de apoios que surgiram agora, nós estamos a falar em apoios que estão em atraso há mais de 15 meses.

O que se espera do Governo, aquilo que os agricultores esperam de um Governo é que tenha capacidade de ação, que pague o que promete a tempo e horas, que crie apoios adequados e reais às suas necessidades, que trabalhe mais, que execute mais e que, em vez de desculpar as suas limitações e as suas incapacidades, recorrendo ao argumento do costume, os 24 anos do Partido Socialista, que fizeram ou não fizeram, aquilo e aquele outro, aquilo que os nossos agricultores esperam é de um Governo que esteja lá na prontidão e na exatidão, em pagar aquilo que realmente promete, porque se não, e se for da maneira que este Governo, infelizmente, já nos habituou, a agricultura só vai a um sítio, ao fracasso.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estevão*): Para realizar uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Presidente: Faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estevão*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, numa declaração de voto, em relação a uma urgência, a Senhora Deputada que me antecedeu disse a seguinte frase: “É preciso estar com os agricultores e não é só convívio.”

E, portanto, isto é o tipo de expressões que são dirigidas a um membro do Governo, quando o Governo não pode participar neste debate e a figura regimental em causa não lhe permite este tipo de abordagem, nem este tipo de intervenção, porque o Governo não participa em convívios, o Governo trabalha em prol dos Açores, este como os outros que nos antecederam.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

O Orador: Deixe-me só terminar, lamento muito que vossa excelência não tenha interrompido a intervenção da Senhora Deputada por ser, claramente, desrespeitosa em relação ao Governo Regional.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional. A interpelação está registada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

(Ruído na câmara)

Presidente: Senhor Deputado Francisco, Lima eu também gostava de o ouvir.

O Orador: Esta urgência do PS, de facto, não é sobre agricultura, é sobre educação.

Eu confesso que tenho dificuldade, por vezes, em explicar às pessoas mais novas a diferença entre os partidos de esquerda e os partidos de direita. Entre o que é o socialismo, a economia de mercado, o liberalismo, ou outro tipo de

teoria, que não a socialista. E ficou aqui presente, o PS não quer resolver os problemas dos agricultores. O PS quer pagar aos agricultores.

Presidente: Senhor Deputado, não se pode dirigir a outra bancada na declaração de voto. Faça favor.

O Orador: Mas é o diploma apresentado pelo PS ...

Presidente: Na declaração do voto é de editar. Faça favor.

O Orador: Senhor Presidente, peço desculpa.

O que houve aqui basicamente é, as bancadas umas apresentam propostas para resolver o problema das pragas, o PS quer pagar as pragas. Uns apresentam propostas para seguros agrícolas, outras bancadas o que pretendem é pagar os prejuízos que podiam ser cobertos por seguros agrícolas.

E, portanto, isto foi um bom debate para a educação, entregar uma cassete do que aqui foi dito para a educação, para as pessoas saberem as diferenças de certas políticas mais para a esquerda e outras mais para a direita.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado.

Senhor Deputado João Bruto da Costa, para uma declaração de voto tem a palavra.

Deputado Carlos Silva (PS): Não me digas que também estiveste no convívio!

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espero que tenham ouvido.

Deputado Carlos Silva (PS): É um aparte!

O Orador: Exato. O problema não é o aparte é o conteúdo do aparte.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Convictamente, contra esta urgência, porque a urgência quer trazer a debate um diploma que não vem resolver problema nenhum, não vem trazer solução nenhuma, nem vem apoiar nenhum agricultor.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo e bancada do Chega)

Convictamente, contra uma urgência que é uma falsidade política, que é uma aberração, em termos daquilo que deve ser a defesa da nossa agricultura e a defesa das dificuldades que alguns agricultores estão a passar pela seca deste último ano e, principalmente, deste último mês e pela dificuldade que se está a gerar com essa situação.

Mas, situação que não seria tão grave e não teríamos necessidade de estar a discutir urgentemente qualquer apoio à agricultura, se os apoios que a República sonegou com o voto favorável do Partido Socialista e do seu líder tivessem chegado aos Açores e que hão de chegar pela nossa firmeza de convicção e de apoio à agricultura dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo e bancada do Chega)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eu diria que a bancada do PS foi interpelada! O líder parlamentar do PSD incumpriu o regimento porque interpelou a bancada do PS!

Presidente: Pergunto se há mais declarações de voto?

(Pausa)

Muito obrigado.

Encerramos assim este ponto 25.

Tendo sido rejeitada a urgência, a iniciativa descerá à comissão competente.

O ponto 27 da nossa agenda já foi tratado. O ponto 28 foi retirado pelo proponente e avançamos para o ponto 29, Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 15/XIII, Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes no combate à fraude, no âmbito da atribuição do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego e do subsídio de doença.

É uma iniciativa do grupo parlamentar do Chega. Para justificar a urgência tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Chega justifica a urgência, mais que o Chega, os açorianos, durante décadas continuamos a assistir a uns terem que trabalhar e outros nada poderem fazer, ou não quererem fazer.

Nós já corrigimos aqui uma grande injustiça, que foi o caso das creches. Mas, não me esqueci dos argumentos que aqui foram usados. Os desempregados, os que estão à procura de emprego e nestas coisas nós temos que ser sérios.

Perguntamos ao Governo Regional quantos estavam inscritos nos centros de emprego. A resposta foi que, excluindo aqueles que naturalmente não podem trabalhar, aqueles que estão em idade de trabalhar, três, em cada quatro, não estão inscritos nos centros de emprego. Três, em cada quatro! E esta proposta vem neste sentido. É urgente corrigir isso. É urgente porquê? Porque é urgente responsabilizar.

O Estado pode ter este papel, de apoiar quem precisa e deve ter esse papel e eu, contribuinte e todos que são contribuintes temos que perceber que também temos uma função social.

Agora, nós não podemos é responsabilizarmo-nos pelo pagamento e alguém se responsabilizar pelo trabalho e isto é uma evidência, isto é um facto. É urgente nós corrigirmos isto, é urgente que, quem quer trabalhar e que recebe, por exemplo, o RSI está em condições de trabalhar, tem que estar inscrito num centro de emprego.

Mas, a lei já dizia que também tem que devolver à comunidade este trabalho, tem que prestar à comunidade um serviço, seja o tempo que for, seja o que for. Aqui não defendemos escravatura.

Eu penso que, quem não gosta da nossa ...

(Aparte inaudível)

O Orador: É da urgência que eu estou a falar. Eu não sei se o senhor agora foi eleito presidente desta casa.

Eu penso que quem não vai gostar muito desta nossa solução, serão somente os donos dos cafés, porque, de resto, nós não podemos aceitar que saiam os açorianos de casa para trabalhar e outros se dirijam aos cafés, ou vão ver as novelas ou os programas da TVI. Eu não posso aceitar isso, enquanto cidadão. Esta é a responsabilidade, que se acrescenta também e é urgente resolver isso, Senhor Presidente. É urgente também as baixas fraudulentas, também as recusas de emprego.

Qualquer açoriano, qualquer empresário, qualquer pessoa que está no front office, quantos é que nos vos apareceram na frente a dizer “escreva aí que eu não sirvo para o lugar”? Eu conheço inúmeros casos. Mais, combater o trabalho clandestino. Nós, neste momento, temos trabalho clandestino, trabalho que não contribui, mas que recebe. Recebe duplamente não pagando impostos, recebe duplamente ao receber o RSI. Nós temos que pôr

justiça na nossa sociedade. Sem apoiar quem precisa, sem apoiar quem necessita, nunca e jamais, apoiar quem não quer trabalhar.

Senhor Presidente, termino, urgente é por esta gente a trabalhar. Já chega!

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Apresentada a urgência, estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

(Pausa)

Vamos então votar o Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º15/XIII:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretária: O Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º15/XIII foi aprovado com 22 votos do PSD, 5 do Chega, 1 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

1 voto contra do BE e 22 votos de abstenção do PS.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Peço assim então à comissão competente que tenha em atenção o pedido de urgência aprovado.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos então, agora sim, passar ao ponto 9, 10, 11, 12 e 13 da nossa agenda.

O ponto 9, que é o seguinte: eleição dos representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social.

Relativamente a este ponto, de acordo com a Lei n.º 108, 17 de agosto, integra o Conselho Económico e Social quatro representantes da Região Autónoma dos Açores: dois efetivos e dois suplentes.

Senhor Deputado João Bruto da Costa, faça favor. Para?

Para uma interpelação?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, eu penso que neste momento dos nossos trabalhos parlamentares e, até pela necessidade que temos de fazer esta votação, penso que seria útil fazer um intervalo regimental.

Presidente: Nós já vamos fazer.

O Orador: Se vossa excelência entender que não é a altura certa para o intervalo da manhã...

Presidente: Eu vou anunciar os candidatos e a seguir fazemos o intervalo, se me permitir.

O Orador: Era isso.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Portanto, na sequência do início da legislatura na Assembleia da República, solicitam a nossa indicação desses nossos representantes e assim para o Conselho Económico e Social foram indicados os seguintes candidatos, que são os atuais representantes da Região: o Senhor Professor João Carlos de Aguiar Teixeira, representante efetivo; a Senhora Engenheira Anabela Ferreira

Rafael Silveira de Borba, representante efetiva; o Doutor Mário Jorge Belo Maciel, representante suplente; a Senhora Empresária Eunice Dora Silveira Tomás de Melo, representante suplente.

Para esta eleição são necessários a maioria absoluta dos senhores deputados em efetividade de funções.

Relativamente à eleição do Presidente do Conselho Económico dos Açores, a candidata é a Senhora Professora Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano e para esta eleição são necessários dois terços dos deputados em efetividade de funções.

Como candidato ao Provedor Regional do Animal, a Doutora Dagmar Sampaio. Para a sua eleição são necessários dois terços das senhoras e senhores deputados em efetividade de funções.

Para o Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho para a Ação Climática, o candidato é o Senhor Professor Eduardo Manuel Vieira de Brito de Azevedo e para a sua eleição são necessários a maioria absoluta dos senhores deputados em efetividade de funções.

Como candidata para Representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Comissão de Acompanhamento para a Cooperação Técnico Financeira com as juntas de freguesia, é candidata a Senhora Deputada Sabrina Marília Coutinho Furtado. Para a sua eleição é necessário dois terços dos senhores deputados em efetividade de funções.

Todos os processos estão munidos, quer da candidatura dos senhores deputados, subscrita pelos senhores deputados em número suficiente e também constam o termo de aceitação da candidatura, por todos os candidatos.

Sendo assim, e como é necessário também preparar a sala para as eleições, como também definiu a Conferência de Líderes que essas eleições se iam processar, nós fazemos um intervalo de quinze minutos e regressamos às 11h30m.

Eram 11 horas e 16 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos então proceder às votações.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Como já perceberam, existem cinco urnas. Os boletins de voto estão de acordo com as cores que devem estar aqui na frente também e, portanto, peço só a vossa atenção em colocarem o boletim na urna correta.

Peço aos serviços então que se distribuam os boletins, se fazem o favor.

(Pausa)

Eu acho que estão presentes 55 Senhoras e Senhores Deputados. Não está presente a Deputada Catarina e o Deputado Carlos Freitas. Penso que são os únicos que faltam.

(Pausa)

Podemos começar? Todos já têm os boletins.

Vamos então, Senhor Secretário, faça favor de fazer a chamada.

(Após a distribuição dos boletins de voto, o Sr. Secretário da Mesa procedeu à chamada dos Srs. Deputados)

Presidente: Todas as Senhoras e os Senhores Deputados votaram?

(Pausa)

Sendo assim, vamos organizar a contagem dos votos da seguinte forma: do meu lado direito aqui da Mesa, a Senhora Deputada e Secretária Nídia Inácio vai contar os votos do Conselho Económico e Social. Peço a alguém que a acompanhe dos partidos, aqueles que entenderem e agradeço, inclusivamente, a ajuda.

Do meu lado esquerdo o Senhor Deputado Lubélio contará os votos da eleição do presidente do Conselho Económico e Social e peço a mesma coisa, que alguém o ajude.

(Pausa)

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, vamos anunciar os resultados das eleições:

Secretária: Conselho Económico e Social: João Carlos Aguiar Teixeira: 49 sins, 3 não e 3 abstenções; Anabela Ferreira Silveira de Borba: 48 sins, 3 não, 1 voto em branco e 3 abstenções; Mário Jorge Belo Maciel: 48 sins, 3 não, um voto em branco e 3 abstenções; Eunice Dora Silveira Tavares de Melo: 47 sins, 3 não, 1 voto em branco e 4 abstenções. Todos estes elementos estão eleitos para o Conselho Económico e Social.

Conselho Económico e Social dos Açores: Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves: 45 sins, 8 não e 2 abstenções. Está eleita.

Provedor Regional do animal: 49 sins, 3 não e 3 abstenções. Está eleita.

Conselho para Ação Climática: Eduardo Manuel Vieira de Brito de Azevedo: 47 sins, 2 não e 6 abstenções. Está eleito.

Comissão de Acompanhamento para a cooperação técnico financeira com as juntas de freguesia: Sabrina Marília Coutinho Furtado: 46 sins, 7 não, 2 abstenções. Está eleita.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Felicito aqueles que foram eleitos e agradeço, sobretudo, a disponibilidade com que acederam ao nosso convite para ocuparem estas missões e também aproveito para, em nome da Assembleia, naturalmente agradecer e enaltecer o trabalho daqueles que, com estas eleições, também cessam o seu trabalho, designadamente o Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores.

Senhoras e Senhores Deputados, proposta de deliberação: a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de setembro:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa tarde a todos e bom fim de semana.

Eram 12 horas e 14 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

CDS - Partido Popular (CDS-PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

CDS - Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Documentos Entrados

1- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 17/XIII

Assunto: Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016, de 29 de setembro - regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2024 – 10 – 25.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR017.pdf>

2- Projetos de Resolução:

N.º 11/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR011.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional que proceda à imediata regulamentação e implementação do DLR n.º 35/2023/A, de 17 de outubro - Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 12/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR012.pdf>

Assunto: Reforço de viagens semanais do navio Margarethe à Ilha das Flores

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 13/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR013.pdf>

Assunto: Apoio extraordinário aos Agricultores dos Açores para compensação dos prejuízos decorrentes de fenómenos climáticos adversos e das pragas

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 14/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR014.pdf>

Assunto: Medidas de incentivo à formação e à descarbonização no setor do táxi

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2024 – 10 – 11;

N.º 15/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR015.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes no combate à fraude no âmbito da atribuição do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego e do subsídio de doença

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

3- **Anteproposta de Lei:**

N.º 4/XIII

Assunto: Décima alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2024 – 10 – 10.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIAPpL004.pdf>

4- **Requerimentos:**

Assunto: Trabalhadores com contratos precários e ao abrigo de programas ocupacionais no Serviço Regional de Saúde

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Referência: 54.06.00 – N.º 145/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque145.pdf

Assunto: Informação sobre cedência de instalações desportivas no Concelho de Ponta Delgada - Ilha de S. Miguel

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 12

Referência: 54.10.02 – N.º 146/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque146.pdf

Assunto: Incumprimento de políticas para o bem-estar animal

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2024 – 09 – 12

Referência: 54.08.00 – N.º 147/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque147.pdf

5-

Respostas a Requerimentos:

Assunto: Atribuição de subsídio de risco aos Bombeiros dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Referência: 54.09.00 – N.º 123/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp123.pdf

Assunto: Contratar o transporte coletivo de passageiros na Terceira é mais uma promessa adiada por este Governo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Referência: 54.02.00 – N.º 125/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp125.pdf

Assunto: Atlânticoline não cumpre com as suas obrigações

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 09

Referência: 54.02.00 – N.º 126/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp126.pdf

Assunto: Cedência de terreno da Câmara Municipal das Lajes do Pico para construção de novo Centro de Saúde

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10

Referência: 54.06.06 – N.º 104/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp104.pdf

Assunto: PS/Açores preocupado com prejuízos nas culturas agrícolas devido à inércia do Governo no controlo de pragas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10

Referência: 54.02.00 – N.º 110/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp110.pdf

Assunto: Plano Regional Anual 2024 – desagregação espacial e execução

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10

Referência: 54.02.00 – N.º 111/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp111.pdf

Assunto: Dupla penalização da medida + JOVEM - VALORIZAÇÃO SALARIAL coloca entraves a jovens Açorianos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10

Referência: 54.02.00 – N.º 121/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp121.pdf

Assunto: Fraca execução do Plano de Recuperação e Resiliência dos Açores (PRR-Açores)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11

Referência: 54.02.00 – N.º 109/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp109.pdf

Assunto: Governo Regional do PSD abandonou o Porto de Pescas da Praia da Graciosa

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 12

Referência: 54.02.04 – N.º 131/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp131.pdf

6- **Informações:**

Assunto: Requerimento para uso da palavra em Plenário para apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XIII – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016, de 29 de setembro - regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10;

Assunto: of. S/103/2024/XIII, a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência de

eleições para a direção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ocorridas a 9 de setembro de 2024, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 13.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a composição da nova direção: Presidente – Andreia Martins Cardoso Costa; Vice-Presidentes – Carlos Emanuel Rego Silva, José Gabriel Freitas Eduardo e Marta Ávila de Matos

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 11/XIII – Recomenda ao Governo Regional que proceda à imediata regulamentação e implementação do DLR n.º 35/2023/A, de 17 de outubro - Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos

Proveniência: António Lima, Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 12/XIII – Reforço de viagens semanais do navio Margarethe à Ilha das Flores

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 13/XIII – Apoio extraordinário aos

Agricultores dos Açores para compensação dos prejuízos decorrentes de fenómenos climáticos adversos e das pragas

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral da Anteposta de Lei n.º 4/XIII – Décima alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11;

Assunto: Requerimento para uso da palavra em Plenário para apresentação do Projeto de Resolução n.º 14/XIII – Medidas de incentivo à formação e à descarbonização no setor do táxi

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de deliberação de urgência do Projeto de Resolução n.º 15/XIII – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes no combate à fraude no âmbito da atribuição do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego e do subsídio de doença

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11;

Assunto: Requerimento para uso da palavra em Plenário para apresentação do Projeto de Resolução n.º 15/XIII – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes no combate à fraude no âmbito da atribuição do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego e do subsídio de doença

Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do PCH

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11;

Assunto: Apresentação das seguintes candidaturas bem como das declarações de aceitação para o Conselho Económico e Social Nacional, das personalidades: João Carlos Aguiar Teixeira e Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba, como representantes efetivos e Mário Jorge Belo Maciel e Eunice Dora Silveira Tavares de Melo, como representantes suplentes

Proveniência: Os Deputados: João Bruto da Costa, Andreia Cardoso, Pedro Neves, João Mendonça e Délia Melo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11;

Assunto: Apresentação da candidatura bem como da declaração de aceitação da seguinte personalidade: Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano, para o Conselho Económico e Social dos Açores

Proveniência: Os Deputados: João Bruto da Costa, Andreia Cardoso, Pedro Neves, João Mendonça, Délia Melo e Carlos Silva

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11;

Assunto: Apresentação da candidatura bem como da declaração de aceitação da seguinte personalidade: Eduardo Manuel Vieira de Brito de Azevedo, para o Conselho para a Ação Climática

Proveniência: Os Deputados: João Bruto da Costa, Andreia Cardoso, Pedro Neves, João Mendonça e Délia Melo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11;

Assunto: Apresentação da candidatura bem como da declaração de aceitação da seguinte personalidade: Sabrina Marília Coutinho Furtado, para o Conselho para a Comissão de Acompanhamento para a Cooperação Técnica e Financeira com as Juntas de Freguesia

Proveniência: Os Deputados: João Bruto da Costa, Andreia Cardoso, Carlos Silva, Pedro Neves, João Mendonça, Nuno Barata e Délia Melo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11;

Assunto: Requerimento para retirada do pedido de uso da palavra em Plenário para apresentação do Projeto de Resolução n.º 15/XIII – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes no combate à fraude no âmbito da atribuição do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego e do subsídio de doença

Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 09 – 12;

Assunto: Apresentação da candidatura bem como da declaração de aceitação da seguinte personalidade: Dagmar Weisz Sampaio, para o cargo de Provedor Regional do Animal

Proveniência: Os Deputados: João Bruto da Costa, Délia Melo, Luís Raposo, Andreia Cardoso, Marta Matos e José Gabriel Eduardo

Data de Entrada: 2024 – 09 – 13.

7- **Relatórios:**

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20169.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII (GOV) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, de 19 de julho, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR012.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Define as regras sobre o desempenho energético dos centros de dados, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2023/1791, relativa à eficiência energética, e assegurando a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento Delegado (UE) 2024/1364 - MAEN - (Reg. DL 166/XXIV/2024) - Audição n.º 10/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 09 – 11.

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Estabelece as regras a que está sujeita a implantação e manutenção de pontos de acesso sem fios de área reduzida, no âmbito da Lei das Comunicações Eletrónicas, e assegura a aplicação, na ordem jurídica interna, do Regulamento de Execução (UE) 2020/1070 - MIH - (Reg. DL 177/XXIV/2024) - Audição n.º 9/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 09 – 10.

8- Diários e Separatas:

Está presente nesta Sessão Plenária a Separata n.º 14/XIII.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 11, 14, 15, 16, 18, 19 e 20/XIII e a Separata n.º 13/XIII.

A redatora, *Sara Azevedo*